• Política

TOP DE MARKETING AGORA TEM NOME: SOMAX ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

MANDATO

Sarney anunciará fim da barganha política

por Mariângela Hamu
de Brasília

Na avaliação do quadro econômico que fará diante do seu Ministério, na reunião da próxima segunda-feira, no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney tentará convencer os defensores da prática do "toma-lá-dá-cá" de que o governo, a partir de agora, não terá nenhuma disposição, cargo público ou dinheiro para dar em troca de apoio político. A informação foi dada a este jornal, ontem, por uma fonte com trânsito no Palácio do Planalto.

O presidente falará em primeiro lugar, passando a palavra ao ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, o responsável pela apresentação dos números que darão sustentação às palavras de Sarney, e a João Batista de Abreu, do Planejamento. Eles dirão que o governo está determinado a não ultrapassar os limites impostos pelo orçamento da União para 1988 — no momento sendo revisto — e pedirão que o documento seja a bíblia de toda a administração federal.

A equipe econômica do presidente acredita que somente assim será possível reduzir o déficit público para cerca de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), uma meta a ser fixada nos próximos dias. Para tanto, Sarney falará da importância de manter os cargos de comando nas empresas estatais longe dos interesses partidários. Com o tempo, o presidente pretende colocar técnicos à frente dessas empresas, exatamente como fez nos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Essa parte da fala presidencial — que poderá ser transmitida em cadeia de rádio e televisão para todo o País — tem endereço certo: o PMDB, que controla a direção da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), uma empresa no momento enfrentando dificuldades. No Palácio do Planalto, ontem, um assessor presidencial exibia um recorte de um jornal do Rio de Janeiro que afirmava estar faltando aço para as indústrias de São Paulo e que o principal motivo dessa escassez era "a intervenção na Cosipa, e a ingerência política na administração da estadual".

"Estatais que dão prejuízo porque têm os preços de seus produtos contidos para segurar a inflação precisam ser melhor administradas. Sobretudo nas áreas de telecomunicações, energia e siderurgia, essas empresas não podem ser conduzidas ao sabor das conveniências políticas, porque têm de dar lucro. Não podemos mais nos dar ao luxo de perder dinheiro por razões políticas", afirmou, ontem, o assessor.

O presidente está convencido de que o que "fura" o orçamento são os gastos do governo com pessoal — por isso proibiu novas contratações e extinguiu 30 mil cargos vagos — e as despesas gerais não previstas. "Só a fundo perdido a Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan) gastou no ano passado alguns milhões de dólares com estados, municípios e entidades assistenciais. Este ano, isso será impossível", promete o presidente.

Com a decisão de dar um basta na prática do "toma-lá-dá-cá", amplamente divulgada no início desta semana pelo deputado do PMDB paulista e adepto do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, Roberto Cardoso Alves, o presidente sabe que poderá perder votos. "Ele já disse que pretende ficar cinco anos no governo", lembra o assessor presidencial, "mas não está disposto, para tanto, a pagar um preço tão alto. O presidente usará, agora, critérios de competência para preencher cargos de confiança no governo".

De fato, uma circular nesse sentido foi distribuída ontem pelo Palácio do Planalto a todos os ministérios. "O governo está escaldado com as indicações políticas. Agora, quer competência", afirma o assessor. Apesar disso, é possível constatar, pela simples leitura do Diário Oficial da União, que o governo ainda não controla o ímpeto dos constituintes e de seus auxiliares, engajados na campanha para conseguir apoio para o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Somente em dezenove dias úteis, deste primeiro mês do ano, o Ministério das Comunicações concedeu dezesseis canais de rádio FM em todo o País.

Novos beneficiados

Eis os grupos aos quais o governo concedeu, somente em dezenove dias úteis do mês de janeiro, permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora em FM:

— Rádio Sociedade Rural S/O Ltda. — em Astorga, Paraná.

— Rádio FM Turquesa Ltda. — em Astorga, Paraná

— Rádio FM Vale do Mearim — em Santa Inês, Maranhão.

— Rádio FM Novo Maranhão Ltda. — em Timon, Maranhão

— Rádio Amorim Juventude Ltda. — em Rondonópolis, Mato Grosso.

— Rádio FM Vale do Mearim Ltda. — em Caxias, Maranhão.

— Rede Caraça de Comunicação — em Itabira, Minas Gerais.

— Rádio Novo Tempo Ltda. — em Ituiutaba, Minas Gerais.

— Fundação Rádio Educativa Uberaba — Uberaba, Minas Gerais.

— Rádio Patativa Ltda. — em Pinheiro, Maranhão.

— Rádio Diário FM Ltda. — em Pacajus, Ceará.

— Rádio FM Princesa do Tocantins — em Imperatriz, Maranhão

— Studio Cem FM Stereo Ltda. — em Oriente, São Paulo.

— Rádio Itatiunga — em Patos, Paraíba.

— Rádio Caiapó Ltda. — em Rio Verde, Goiás.

— Rádio Difusora Radiomar Ltda. — em Taquaritinga, São Paulo.

"Temos demagogia sem tirania", acha Cardoso

por Cecília Pires
de Brasília

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, fez um contundente discurso ontem, no Congresso, criticando o governo, apontando o que chama de crise de "autoridade" e de "confiança" e pedindo a rápida conclusão dos trabalhos da Constituinte. Sem poupá-la, também, de uma análise severa, pregou que, assim que concluída, sejam realizadas eleições "imediatamente".

"A crise é de governo na acepção geral: falta rumo ao Estado, carece de bússola a sociedade, os produtores debatem-se na angústia de um mercado que já não sinaliza sem os solavancos da burocracia, falta ao chefe de família (homem ou mulher) o sossego de crer que seu filho terá escola e hospital, ou, tendo-os, de crer que estas instituições funcionam."

Para o senador, falta crença "nos que nos dirigem (e, por via de conseqüência, nas instituições onde eles se aboletam)", e citou os 'pacotes' para a economia" em que ninguém crê, a dança do ir-e-vir dos decretos que deixa os cidadãos sem saber o que vai e o que não vai valer". Fernando Henrique acusou ainda a decisão de fechar estatais e as postergações de medidas tributárias justas pela demissão do ministro Bresser Pereira. Disse ainda que não pretende entrar nas insinuações sobre os dossiês de corrupção. "O homem da rua, a mulher do trabalho, o estudante, todos estão convencidos de que a 'comedeira' é geral: impiedosamente — com malícia e desinformação —, não absolvem quase ninguém, quem é acusado ou quem acusa. Tudo parece 'comedeira'.

Segundo o líder, a imagem de descrença quanto ao governo é geral. "Quem pode crer nele? Quem espera dele mais do que a improvisada Norte—Sul? Quem crê com pulso até para errar?".

Não poupou a Constituinte: "A verdadeira 'polêmica' é a afirmação política dos grupos que se preparam para o exercício do poder futuro. Por normal que seja este processo, é inaceitável que, a partir do interesse em assegurar expectativas e probabilidades de mando futuro, os diversos grupos e tendências bloqueiem a decisão constitucional".

Ao defender eleições presidenciais imediatamente após a promulgação da Constituição, afirmou que hoje "temos demagogia sem tirania. Melhor substituir logo esta argamassa podre pelo concreto do voto".

Retaliação do governo surpreende os defensores dos quatro anos

por Cecília Pires
de Brasília

O deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) afirma que ao se pronunciar a favor dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney pediu aos ocupantes de dois cargos por ele indicados — o diretor-geral do DNOCS, Marcelo Luz, e ao delegado do Ministério da Agricultura, Francisco Simões — que pedissem demissão. Segundo outro parlamentar de Pernambuco, ambos pediram demissão, também, pelo fato de terem sido avisados que iam ser demitidos, em represália à posição de seu padrinho político.

Bezerra ainda perdeu a concessão de uma rádio, entregue imediatamente a seu tio, Oswaldo Coelho, que defende os cinco anos.

Os constituintes favoráveis aos quatro anos de mandato que tinham ou ainda detêm cargos no governo, ou mesmo os que negam ter feito indicações, estão todos surpreendidos com a campanha aberta contra eles, no que identificam uma clara forma de pressão de barganha que o governo empreende para tentar obter os cinco anos. A deputada Cristina Tavares nega que ainda tenha apadrinhados. "A indicação que me atribuem, para a Delegacia Federal de Saúde, foi extinta há uns dois anos e o superintendente da Sudepe, cuja indicação também me atribuem, pediu demissão por não conseguir levar adiante a política de pesca que desejava, dentro de uma democracia", disse.

"O governo está querendo desmoralizar os políticos, igualando os que defendem cinco, e os que defendem quatro anos de mandato, para alegar que os que defendem quatro não têm dignidade de deixar os cargos.

Como se todo o mundo fosse comprado. Não explica a dimensão de que os acordos feitos no início da Nova República tinham dimensões políticas. Nós queríamos ter uma política de pesca em Pernambuco, uma política de saúde e não lotear cargos. Chegou-se ao nível mais baixo da Nova República, quando o governo tenta confundir acordos com pura barganha."

Cristina Tavares defendeu ainda que o PMDB rompa com o governo, e que até os ministros identificados com o programa do PMDB, como o da Ciência e Tecnologia, Luis Henrique; o da Previdência, Renato Archer; e outros, peçam demissão. "O PMDB é um partido em decomposição na medida em que não reage a estas provocações."

O deputado José Serra (PMDB-SP) e o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) negaram que tivessem feito indicações para cargos no governo. Dornelles, a quem se atribui indicações na Receita Federal, alegou que o órgão "é composto por um corpo técnico, para o qual nunca fiz indicações"; declarou, também, que "o que o governo está gastando e o que vai gastar nos próximos quatro meses (referindo-se à distribuição de benesses para garantir os cinco anos de mandato) a fundo perdido para estados e municípios é uma quantia maior do que a perda e receita que terá com a reforma tributária. A reforma apenas vai institucionalizar um mecanismo de repasse de recursos que hoje é feito de forma arbitrária e discricionária".

O deputado João Hermann (PMDB-SP) disse que tinha acordos políticos com o presidente Tancredo Neves para indicar o superintendente do INCRA em São Paulo e dois engenheiros agrônomos para o IBDF. Acabou indicando apenas os dois últimos. "Eu sou governo em São Paulo.

Se o governo federal quiser começar a retaliação, que comece por retaliar São Paulo." O desafio é explicável. Segundo Hermann, o governador Orestes Quércia reuniu a bancada paulista na última terça-feira e disse que, "se o governo federal começar a retaliação, vai mexer com São Paulo". Hermann lembrou que Quércia, até agora defensor dos cinco anos, tem controle sobre pelo menos 25 votos na Constituinte.

Saldanha Derzi é o novo líder no Senado

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney nomeou, ontem à tarde, o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), líder do governo no Senado, com uma missão muito especial: defender o Executivo das sucessivas críticas que vem recebendo dos líderes do PMDB e do PFL, senadores Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli. "O presidente quer um elemento de sua confiança, para defender o governo", afirmou o senador, logo após ser convidado para o cargo.

Mas a função de Derzi, que ajuda a compor a conservadora fileira do "Centrão" na Constituinte, não deve ficar limitada ao Plenário do Senado, conforme ele próprio admitiu. O parlamentar disse que vai iniciar "uma conversa ao pé do ouvido" para garantir a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney. Ontem mesmo, o senador começou essa missão, mas não com a disposição anunciada, ao defender diante das câmeras de televisão a realização de eleições para presidente da República somente em novembro de 1989. Mesmo assim, o novo líder do governo no Senado nega que fará dupla com o outro líder do Executivo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), na tarefa de defender os interesses do Palácio do Planalto na Constituinte. "Há muito o que fazer no Senado", frisou.

Derzi contou que, na conversa que teve às 17,30 horas no Palácio do Planalto, Sarney fez questão de rebater as insinuações de que o governo está disposto a negociar o apoio ao mandato de cinco anos com a oferta de cargos. "Não estou aqui para dar cargos a ninguém. Estou aqui para governar o País", teria afirmado o presidente. Na ocasião, o presidente confessou-lhe que já estava com vontade de escolher um líder para o Senado há cerca de seis meses. No início da Nova República, Sarney assumiu o governo com o senador Fernando Henrique Cardoso desempenhando uma função semelhante — a de líder do governo no Congresso Nacional, cargo criado pelo então presidente Tancredo Neves.

Moreira Franco tenta conciliar

por Guilherme Barros
do Rio

Preocupados com a possibilidade de ampliação das retaliações do governo federal ao Rio de Janeiro, como conseqüência da posição do governador Wellington Moreira Franco em favor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, os secretários estaduais, Jorge Hilário Gouveia Vieira, da Fazenda; e Antonio Cláudio Schaczewski, do Planejamento, percorreram, durante terça e quarta-feira, os gabinetes das autoridades em Brasília para tomar conhecimento do andamento dos projetos de interesse fluminense.

Ao todo foram onze audiências, incluindo encontros com os ministros Mailson da Nóbrega, da Fazenda; João Batista de Abreu, do Planejamento; o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Maurício Viotti; o secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento Urbano, José Luis Santana; o ex-secretário do Tesouro, Andrea Calabi; a representação do Banco Mundial; e assessores governamentais.

O governo do Rio tem pedidos de empréstimos para diversos investimentos em diferentes áreas. Um dos principais localiza-se na área do Ministério do Desenvolvimento Urbano, onde o Estado possui projetos para saneamento básico na Baixada Fluminense e no interior e necessita garantir a manutenção de desembolsos mensais da ordem de CZ$ 1 bilhão.

Os secretários voltaram com a impressão de que os projetos do Rio de Janeiro estão tendo um andamento normal na área técnica, onde não encontraram nenhum tipo de resistência. Mesmo junto às autoridades federais, tiveram boa receptividade e a promessa de que os pedidos não seriam retardados.

Contudo, o próprio Moreira Franco já denunciou que alguns pedidos, basicamente aqueles localizados na órbita do ministro do Desenvolvimento Urbano, Prisco Viana, começaram a ser aprovados com retardamento.

Diante da constatação dos secretários de que não há, pelo menos na área técnica, sinais de retaliação ao governo do estado e da denúncia de Moreira Franco, a conclusão que se chega, segundo fontes do Palácio Guanabara, é de que a retenção dos projetos se dá a nível político.

Hoje, os secretários da Fazenda e do Planejamento irão despachar com Moreira Franco para relatar suas impressões sobre o périplo brasiliense.

"Nós reagiremos", diz Magalhães

por Paulo de Alencar
de Salvador

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem, em Salvador, não acreditar na intenção dos integrantes do PMDB "histórico" de obstruir no Senado a votação de matérias de interesse de governadores que estejam pressionando constituintes dos seus estados para garantir o mandato presidencial de cinco anos.

"É inacreditável que um senador que se diz inteligente, como Fernando Henrique Cardodo, mas que produz muito pouco, tenha feito afirmativa tão leviana. O PMDB é contraditório, eles podem tentar influenciar os constituintes, mas o governo federal não pode", comentou. "Eles (os 'históricos') não têm coragem de fazer retaliação", continuou Magalhães, "porque nós reagiremos."

Sobre as denúncias de concessões de canais de rádio e de televisão para parlamentares afinados com a tese dos cinco anos, Magalhães respondeu que "isso não existe", e justificou: "Não posso conceder canais que não estejam definidos no Plano de Radodifusão". Ele tentou regionalizar a denúncia, citando o caso da Bahia, "que era o estado que tinha o menor número de emissoras de rádio e hoje tem aprovado um maior numero de canais".

Magalhães, por outro lado, não crê na diminuição da força do 'Centrão' nas votações da Assembléia Nacional Constituinte.

"O "Centrão" vai bem e em algumas coisas vai ter vitórias notáveis e, em outras, é evidente, vai ter de negociar", avaliou ele. "Essa posição decorre do fato de o agrupamento ter tendências diversas", concluiu.

Apoio à troca de cargos por votos

por Maria da Graça Mascarenhas
de Belo Horizonte

Três governadores do PMDB, presentes, ontem, em Belo Horizonte, para participar do jantar promovido pelo governador mineiro Newton Cardoso, se manifestaram favoráveis a que o presidente José Sarney faça nomeações para cargos públicos de pessoas que defendam, votem pelos cinco anos de mandato para o presidente e que estejam afinadas com o governo.

"O PMDB não pode querer ser, ao mesmo tempo, oposição e governo. Para deixar de ser governo tem de abrir mão dos cargos", disse Epitácio Cafeteira, acrescentando que, no caso específico do seu estado, o Maranhão, só participa do governo "quem estiver com a minha camisa".

Cafeteira citou como exemplo de oposição ao governo federal o BNDES. "O presidente (Márcio Fortes) é escolha de Moreira Franco, favorável aos quatro anos. O vice-presidente é filho de Franco Montoro, também favorável aos quatro anos de mandato. Eu pergunto: para que lado está remando o BNDES? Será que é para o mesmo lado que rema o governo? No meu governo, eles não estariam trabalhando."

Para o governador de Rondônia, Jerônimo Santana, toda a polêmica sobre o condicionamento do "Centrão" à votação pelo mandato de cinco anos em troca de cargos "é fazer mistério onde não existe. Nunca vi, na história política do País, partido ser ou apoiar o governo e não ter cargo". Perguntado sobre se seria uma postura ética do governo fazer nomeações em troca de apoio, Jerônimo Santana respondeu com outra pergunta: "E é ético uma pessoa ser o partido do governo, passar para a oposição, e continuar pleiteando cargo? E dando que se recebe, esta é uma frase sábia".

Também para o governador do Paiuí, Alberto Silva, o problema não existe: "Ninguém quer ter como colaborador, no governo, alguém que tenha uma posição contrária a sua".

Quinze governadores e um vice-governador, todos do PMDB, um governador do PFL e mais dez ministros de Estado atenderam ao convite do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, para participar de um jantar, seguido de uma reunião política, ontem à noite, em Belo Horizonte.

A reunião política terá prosseguimento hoje, em Montes Claros, paralelamente à reunião do conselho deliberativo da Sudene, quando deverá ser divulgada uma carta dos governadores.

De acordo com Newton Cardoso, as discussões políticas — que prosseguem hoje — estarão centralizadas na agilização dos trabalhos da Constituinte. "Não é justo que os governadores do PMDB não façam um movimento geral para apressar a aprovação da Carta. Todos eles são líderes em suas bancadas e, juntos, temos condições de pressionar para a aprovação rápida da nova Constituição."

REGISTRO

Pressão em Brasília

No próximo dia 4, às 16 horas, o Congresso Nacional deverá ser cercado por um grande grupo de pessoas que voltarão as costas ao prédio, em protesto contra a conduta dos constituintes. A manifestação, denominada de "Acorda Brasil", está sendo programada pela Frente Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares em defesa dos interesses do povo na Constituinte.

SIMON

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, partidário do mandato presidencial de cinco anos e defensor intransigente do sistema parlamentarista, liberou, ontem, a bancada gaúcha na votação dos dois temas. Cada deputado gaúcho votará de acordo com a sua "consciência", explicou.

Em São Paulo, o governador catarinense, Pedro Ivo, criticou a posição defendida pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) de pressionar os governadores que apóiem os cinco anos de mandato. "Isso é ilegal e ilegítimo", comentou ele depois de uma reunião com o governador paulista.

CONSTITUINTE

Acordo no plenário permite aceleração da votação no segundo dia

por Andrew Greenlees
de Brasília

Mário Covas

O plenário da Constituinte aprovou ontem, no segundo dia de votação, o preâmbulo e o Título I (princípios fundamentais) da nova Carta constitucional. Os líderes partidários e representantes dos blocos parlamentares chegaram a um acordo que havia fracassado na véspera e possibilitaram a votação de todo o trecho na sessão de ontem.

O preâmbulo fixa as diretrizes da Constituição e termina invocando a proteção divina para o trabalho realizado. O texto, aprovado por 487 votos a 15, com 2 abstenções, foi apresentado pelo deputado Aluízio Campos (PMDB-PB) e encampado pelo "Centrão", grupo suprapartidário de tendência conservadora; a esquerda aceitou a redação em troca do compromisso do "Centrão" de apoiar o princípio da democracia direta como forma de participação popular no exercício do poder.

Assim, fundiram-se emendas do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), do "Centrão", e do deputado João Agripino (PMDB-PB), formando o parágrafo único do artigo primeiro: "Todo o poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição". A esquerda preferiria que o poder "pertencesse" ao povo, mas o "Centrão" insistiu que "emanasse". O acordo recebeu 467 votos, contra 10 e 2 abstenções.

O artigo primeiro em si ficou com a redação proposta pelo "Centrão". O deputado José Genoino (PT-SP), no entanto, assinalou que a esquerda discorda da fixação da livre iniciativa como fundamento da República Federativa do Brasil.

O mesmo deputado Genoino apresentou emenda propondo nova redação para o inciso III do artigo 3º, incluindo a "orientação sexual" como um dos pontos que deveriam ser protegidos contra a discriminação, além da raça, do sexo, da cor e da idade. Contra a proposta, falou o deputado Costa Ferreira (PFL-MA), do grupo evangélico na Constituinte. A emenda de Genoino acabou rejeitada por 317 a 130, com 14 abstenções.

Foi também o PT que apresentou outra proposta polêmica: a deputada Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, pretendia incluir dispositivo que impedisse o Brasil de manter relações diplomáticas com países que adotem políticas oficiais e segregação racial. A emenda não atingiu os 280 votos necessários, ficando com 265 a favor, 166 contra e 21 abstenções.

O texto da Constituição

Este é o texto da futura Constituição, aprovado ontem pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte:

"Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

Título I

Artigo 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios constitui-se em estado democrático de direito, visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a convivência em paz com a humanidade.

Parágrafo Único — Todo poder emana do povo, que o exerce por representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição.

Artigo 2º — São poderes da união o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Artigo 3º — São objetivos fundamentais do Estado:

I — Garantir a independência e o desenvolvimento nacionais.

II — Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir a desigualdade entre as pessoas e regiões.

III — Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

Artigo 4º — O Brasil fundamentará suas relações internacionais nos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da defesa da paz, bem como no repúdio ao terrorismo e ao racismo e propugnará pela cooperação entre os povos e pelo progresso da Humanidade.

Artigo 5º — O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações."

AGENDA

Em debate, hoje, direitos e garantias fundamentais

por Andrew Greenlees
de Brasília

Os deputados e senadores constituintes deverão dedicar o dia de hoje às negociações sobre o título II do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização. Há poucas possibilidades de haver votação na sessão marcada para as 9 horas. Os líderes partidários reunidos ontem preferiram deixar a deliberação para segunda ou terça-feira, concentrando-se na busca de um acordo para a votação do trecho que cuida dos direitos e garantias fundamentais, divididos em cinco capítulos.

O primeiro destes capítulos trata dos direitos individuais e coletivos, incluindo, entre outros, a liberdade de pensamento, de locomoção, o sigilo da correspondência, a inviolabilidade do domicílio, os mecanismos de processos criminais, os casos de extradição, a propriedade privada, o "habeas-corpus" e o "habeas-data".

Neste capítulo, a discussão mais intensa deverá ser a inclusão do seqüestro, do tráfico de drogas e do terrorismo no parágrafo que classifica a tortura como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia. O "Centrão" pretende inserir estas práticas dentro do dispositivo, enquanto a esquerda deverá argumentar que se trata de um parágrafo específico para a tortura, segundo a fórmula aprovada pela Comissão de Sistematização.

No total, o capítulo I do título II é formado por sessenta parágrafos de um único artigo, o 6º. Os líderes partidários pretendem chegar a um entendimento para que o texto possa ser votado em um dia.

Confusão na negociação

Acabou num bate-boca entre os deputados Cardoso Alves (PMDB-SP), representante do "Centrão", e Jorge Hage (PMDB-BA), representante da liderança do PMDB, uma reunião de negociação sobre estabilidade e outros direitos sociais, organizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), ontem de manhã, na 3ª Secretaria da Constituinte, segundo a Agência Globo.

A confusão começou logo na chegada de Cardoso Alves. Ao perceber que a sala estava repleta de constituintes de esquerda, o líder do "Centrão" iniciou a discussão.

Na sessão da tarde, Cardoso Alves explicou o seu comportamento:

"Fui convidado para uma reunião, mas, na hora, me senti como Daniel atirado na casa dos leões. Onde olhava, só tinha radical de esquerda. O meu partido estava representado pelo Jorge Hage e pelo Newton Friedrich (PR). Foi demais.